

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

ETEC de Santa Rosa de Viterbo - SP

Curso de Técnico em Farmácia

Avaliação Da Eficácia da Homeopatia na Prevenção e Tratamento de Doenças Crônicas: Uma Análise Farmacêutica

Otávio Augusto Ferreira Da Luz¹

Maria Eduarda Silva²

Resumo: O estudo analisa a eficácia da homeopatia na prevenção de doenças crônicas sob a perspectiva da ciência farmacêutica. Apresenta os fundamentos da homeopatia, baseados na experimentação no homem são, no uso de doses mínimas e no processo de dinamização. Destaca a atuação do farmacêutico homeopata, que participa da manipulação, orientação e acompanhamento dos pacientes, assegurando a qualidade dos medicamentos e promovendo um atendimento mais humanizado. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental, incluindo artigos científicos e fontes históricas relevantes.

Aponta a chegada da homeopatia ao Brasil por Benoit Mure em 1840, evidenciando seu papel na expansão da prática homeopática no país. Diferencia a consulta homeopática e alopática, ao priorizar uma visão integral do paciente e considerar aspectos físicos, emocionais e mentais. Conclui que, embora a homeopatia seja amplamente utilizada como terapia complementar, ainda carece de evidências científicas robustas para comprovar sua eficácia segundo os critérios da medicina baseada em evidências. No entanto, sua integração supervisionada ao sistema de saúde pode contribuir positivamente no tratamento de doenças crônicas. Recomenda-se a realização de novos estudos clínicos que aprofundem a relação entre a homeopatia e a ciência farmacêutica.

Palavras Chaves: Homeopatia; Doenças crônicas; Ciência farmacêutica; Farmacopeia; Eficácia terapêutica.

¹ Técnico em Farmácia na ETEC de Santa Rosa de Viterbo. otavio.luz01@etec.sp.gov.br

² Técnico em Farmácia na ETEC de Santa Rosa de Viterbo. maria.silva4405@etec.sp.gov.br

1. INTRODUÇÃO

Christian Friedrich Samuel Hahnemann (1755-1843), médico alemão, foi quem desenvolveu a Homeopatia no final do século XVIII, motivado pela insatisfação com os tratamentos médicos da época, que frequentemente incluíam práticas agressivas e de eficácia questionável, como sangrias e purgativos (ALTMA, 2015).

A homeopatia é utilizada como uma terapia complementar para tratar diversas doenças crônicas. Seu funcionamento baseia-se no princípio da similitude, segundo o qual substâncias que provocam sintomas em pessoas saudáveis são aplicadas em doses muito diluídas para estimular o organismo a se curar em pacientes com sintomas semelhantes. No tratamento de doenças crônicas, a homeopatia visa cuidar do indivíduo de forma integral, levando em consideração não apenas os sinais físicos, mas também os aspectos emocionais e mentais que podem afetar a saúde ao longo do tempo (RAMOS; BAPTISTA, 2015).

Os objetivos deste estudo são investigar a eficácia da homeopatia na prevenção de doenças crônicas, analisar a homeopatia sob a perspectiva da ciência farmacêutica, oferecer uma análise crítica dos fundamentos, preparações e potenciais efeitos da homeopatia, entre outros.

Esta pesquisa busca justificar a necessidade de investigar a eficácia da homeopatia na prevenção de doenças crônicas sob uma perspectiva específica: e da ciência farmacêutica. Embora a homeopatia seja utilizada por alguns como terapia complementar ou alternativa, a análise farmacêutica pode oferecer uma análise crítica dos seus fundamentos, preparações e potenciais efeitos, assim diferenciando-se das demais abordagens terapêuticas convencionais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 OS PILARES DA HOMEOPATIA

A homeopatia fundamenta-se em princípios específicos que a distinguem da medicina convencional. Entre os pilares centrais estão a lei dos semelhantes, o uso de doses

infinitesimais e a individualização do tratamento, conceitos que orientam a prática clínica homeopática desde sua origem. A lei dos semelhantes sugere que uma substância capaz de provocar sintomas em uma pessoa saudável pode, em doses mínimas, curar esses mesmos sintomas em um indivíduo doente. Já a diluição e dinamização dos medicamentos busca minimizar os efeitos tóxicos e potencializar a ação terapêutica. Por fim, o tratamento individualizado leva em conta o estado físico, mental e emocional de cada paciente, promovendo uma abordagem holística (CARNEIRO, 2003).

2.2 A FARMACOPEIA HOMEOPÁTICA

A Farmacopeia Homeopática Brasileira é um documento normativo que define os critérios de qualidade para medicamentos homeopáticos no Brasil. Sua terceira edição, estabelecida pela Resolução RDC nº 39/2011 da Anvisa, inclui dezenas de monografias atualizadas e inéditas que tratam dos insumos ativos utilizados na produção desses medicamentos. Além disso, ela orienta quanto aos procedimentos de preparo, formas farmacêuticas, análise e controle de qualidade, contemplando também os bioterápicos e isoterápicos. Seu conteúdo é direcionado a farmacêuticos, prescritores, instituições de ensino e laboratórios, funcionando como base técnica para manipulação e prescrição homeopática (BRASIL, 2022).

Mais do que um instrumento técnico, a Farmacopeia Homeopática Brasileira representa um marco na promoção da segurança e eficácia dos tratamentos homeopáticos, contribuindo para a confiança de profissionais da saúde e pacientes. Ao estabelecer padrões uniformes de produção e controle, ela fortalece a inserção da homeopatia nas políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo parte integrante das práticas integrativas reconhecidas oficialmente no Brasil (ABIFINA, 2022).

2.3 A HOMEOPATIA NO BRASIL

A homeopatia foi introduzida no Brasil em 1840 pelo médico francês Benoît Mure, discípulo de Samuel Hahnemann. Mure iniciou sua atuação em Santa Catarina, onde fundou a Colônia do Sahy com o objetivo de promover a medicina homeopática no território nacional. A prática rapidamente se difundiu para outras regiões do país e ganhou legitimidade com o reconhecimento do Conselho Federal de Medicina, que, por meio da Resolução CFM nº

1000/1980, a instituiu como especialidade médica. No mesmo ano, foi criada a Associação Médica Homeopática Brasileira (AMHB), que se tornou um dos principais órgãos de representação da categoria (AMHB, 2022; APH, 2022).

A inserção da homeopatia no Sistema Único de Saúde (SUS) se deu de forma progressiva. Em 1985, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) firmou um convênio com a Fiocruz, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Instituto Hahnemanniano do Brasil com a finalidade de implementar atendimentos homeopáticos na rede pública. Esse movimento culminou, em 2006, com a publicação da Portaria nº 971 do Ministério da Saúde, que instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), integrando a homeopatia oficialmente às práticas reconhecidas pelo SUS (BRASIL, 2006; BRASIL, 2024).

A aplicação da homeopatia no SUS ainda é desigual no Brasil. Cidades como Belo Horizonte são destaque pela manutenção de programas como o PRHOAMA, que oferece atendimento gratuito em homeopatia, acupuntura e medicina antroposófica há mais de 20 anos. No entanto, de acordo com a AMHB, apenas cerca de 157 municípios ofertam atendimentos homeopáticos pelo SUS, e dos aproximadamente 15 mil médicos homeopatas registrados no Brasil, apenas cerca de 500 atuam no sistema público de saúde, realizando uma média de 250 mil atendimentos anuais (AMHB, 2023; BVS HOMEOPATIA, 2023).

A homeopatia permanece relevante na promoção da saúde e prevenção de doenças dentro da perspectiva das práticas integrativas. A PNPIC (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde) tem como objetivo ampliar o acesso da população a essas terapias, promovendo uma abordagem mais humanizada e integral do cuidado em saúde. Apesar das dificuldades operacionais e institucionais para sua plena implementação, a homeopatia está consolidada como uma prática reconhecida, regulamentada e em constante diálogo com os princípios do SUS (BRASIL, 2024b; UNASUS, 2023).

2.4 CONSULTA HOMEOPÁTICA

A consulta homeopática distingue-se por seu enfoque holístico e humanizado, buscando compreender o paciente em sua totalidade, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais. Diferentemente das consultas convencionais, ela é geralmente mais longa e detalhada,

permitindo ao profissional homeopata identificar padrões individuais que orientam a escolha do medicamento mais adequado. Essa abordagem visa não apenas tratar sintomas isolados, mas promover o equilíbrio integral do indivíduo, alinhando-se aos princípios da homeopatia de tratar o paciente como um todo (SALLES; AYRES, 2013).

No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), a homeopatia foi incorporada como prática integrativa e complementar, estando disponível em diversas unidades de saúde pelo país. O acesso à consulta homeopática no SUS é realizado por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde o paciente pode solicitar o agendamento. Em São Paulo, por exemplo, não é necessário encaminhamento médico para esse tipo de atendimento, facilitando o acesso da população aos serviços homeopáticos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022).

Estudos indicam que a consulta homeopática no SUS tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes, especialmente na atenção básica. Pesquisas realizadas em centros de saúde-escola demonstram que a inserção da homeopatia pode fortalecer a integralidade do cuidado, promovendo uma abordagem mais abrangente e personalizada. Os pacientes relatam benefícios não apenas na redução de sintomas, mas também no bem-estar emocional e na percepção de serem ouvidos e compreendidos em suas necessidades (SALLES; AYRES, 2013).

Apesar dos avanços, a oferta de consultas homeopáticas no SUS ainda enfrenta desafios, como a necessidade de maior número de profissionais capacitados e a ampliação dos serviços para atender à demanda da população. A inclusão da homeopatia na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) representa um passo importante para consolidar essa abordagem no sistema público de saúde, promovendo um cuidado mais humanizado e centrado no paciente (BRASIL, 2006).

2.5 A HOMEOPATIA NO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE DOENÇA CRÔNICAS

A aplicação da homeopatia no tratamento e prevenção de doenças crônicas tem sido estudada como uma estratégia terapêutica complementar, especialmente em contextos onde a abordagem convencional enfrenta limitações, como nos casos de dor crônica, insônia, distúrbios psicossomáticos, doenças autoimunes e doenças respiratórias recorrentes. A

homeopatia busca restabelecer o equilíbrio do organismo por meio de estímulos sutis, atuando não apenas sobre os sintomas, mas sobre a totalidade do indivíduo, incluindo seus aspectos físicos, emocionais e comportamentais. Em pacientes com doenças crônicas, essa abordagem pode contribuir para a redução da frequência e intensidade das crises, aumento da vitalidade, melhoria do sono e da disposição, além de promover maior autonomia no manejo da própria saúde (CARNEIRO, 2003; SALLES; AYRES, 2013).

Além do tratamento, a homeopatia também é explorada como forma de prevenção primária e secundária, ao fortalecer o organismo e estimular a capacidade reativa antes do surgimento de agravamentos ou recaídas. Estudos conduzidos em centros de atenção primária à saúde mostram que a homeopatia pode colaborar na redução do uso excessivo de medicamentos alopáticos em pacientes crônicos, especialmente analgésicos, ansiolíticos e anti-inflamatórios, o que representa um ganho tanto em segurança quanto em sustentabilidade dos serviços de saúde (BRASIL, 2024a; AMHB, 2023). No entanto, é importante ressaltar que, embora relatos clínicos e observacionais apresentem resultados promissores, a comprovação científica da eficácia da homeopatia no manejo das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) ainda é objeto de debate na comunidade científica, exigindo mais estudos clínicos bem delineados, com metodologia rigorosa, para consolidar sua efetividade e orientar protocolos clínicos padronizados (MAHARANA; BISHOP, 2023).

2.6 DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) constituem um conjunto de enfermidades de longa duração, geralmente de progressão lenta, que não são causadas por agentes infecciosos. Entre as mais comuns estão as doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, doenças respiratórias crônicas (como asma e DPOC) e diversos tipos de câncer. Segundo o Ministério da Saúde, essas condições são responsáveis por aproximadamente três em cada quatro mortes no Brasil, com impacto significativo tanto na mortalidade prematura quanto na qualidade de vida da população (CASADO; VIANNA; THULER, 2009). Os fatores de risco mais relevantes para o desenvolvimento das DCNTs incluem hábitos alimentares inadequados, inatividade física, uso de álcool e tabaco, além de fatores ambientais e genéticos. O envelhecimento populacional também tem contribuído para o aumento da prevalência dessas doenças, exigindo respostas cada vez mais integradas dos sistemas de saúde (MOURA et al., 2015).

As DCNTs afetam de forma desproporcional as populações mais vulneráveis, criando um ciclo de exclusão social e econômica. Indivíduos de baixa renda, com menor escolaridade e acesso limitado aos serviços de saúde têm maior dificuldade para receber diagnóstico precoce, realizar acompanhamento clínico e aderir ao tratamento adequado (WEHRMEISTER et al., 2022). Além disso, essas doenças representam uma enorme carga econômica, tanto pelo aumento dos custos diretos com tratamentos e hospitalizações, quanto pelas perdas indiretas relacionadas à diminuição da produtividade laboral. Para enfrentar esse cenário, são fundamentais políticas públicas voltadas à prevenção, como a promoção de alimentação saudável, prática regular de exercícios físicos, controle do tabagismo e acesso universal à atenção básica. A implementação eficaz dessas ações pode reduzir significativamente a carga das DCNTs e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

2.7 SÍNTESE DE REVISÕES E META ANÁLISES SOBRE A EFICÁCIA DA HOMEOPATIA EM DOENÇAS CRÔNICAS

A eficácia da homeopatia no tratamento de doenças crônicas tem sido amplamente debatida em revisões sistemáticas e meta-análises. Alguns estudos apontam que a homeopatia individualizada, quando ajustada às características específicas de cada paciente, pode apresentar efeitos superiores ao placebo, principalmente em casos como rinite alérgica, TDAH e diarreia aguda em crianças (MATHIE et al., 2014). Esses achados sugerem que o tratamento personalizado é um fator determinante para a resposta terapêutica positiva da homeopatia, o que a diferencia de abordagens padronizadas.

Por outro lado, uma revisão sistemática mais ampla que avaliou 54 ensaios clínicos randomizados e controlados indicou que a maioria dos estudos disponíveis apresenta limitações metodológicas, com alto risco de viés. Mesmo entre os estudos considerados de qualidade aceitável, os efeitos da homeopatia não individualizada foram comparáveis ao placebo, sem evidência clínica robusta que comprove eficácia além do efeito psicológico (MATHIE et al., 2017). Isso levanta dúvidas sobre a validade de seu uso generalizado sem uma análise criteriosa caso a caso.

No entanto, quando se analisa a segurança da homeopatia, os dados se mostram mais consistentes. Uma meta-análise revelou que os efeitos adversos associados ao uso de medicamentos homeopáticos são significativamente inferiores aos observados em terapias farmacológicas convencionais (POSADZKI et al., 2012). Isso contribui para sua popularidade como terapia complementar, principalmente entre pacientes com doenças crônicas que desejam minimizar a exposição a medicamentos alopáticos.

Em resumo, embora a eficácia clínica da homeopatia em doenças crônicas ainda divida opiniões e careça de evidências mais sólidas em alguns contextos, há respaldo em sua segurança e em sua utilidade como abordagem complementar, especialmente quando individualizada. Isso reforça a necessidade de mais estudos rigorosos e de políticas públicas que orientem o uso racional dessa prática dentro dos sistemas de saúde.

2.8 COMPARAÇÃO ENTRE ALOPATIA E HOMEOPATIA NO MANEJO DAS DCNTs

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) representam um dos principais desafios globais em saúde pública, exigindo abordagens terapêuticas diversificadas para sua prevenção e controle. A medicina convencional, também chamada de alopática, é amplamente utilizada no manejo dessas condições, com foco em intervenções farmacológicas padronizadas, orientadas por diretrizes clínicas e evidências científicas robustas. A alopatia visa a neutralização direta dos sintomas e o controle fisiológico das disfunções por meio de medicamentos sintéticos, procedimentos clínicos e tecnologias avançadas (WHO, 2020). Já a homeopatia propõe uma intervenção terapêutica mais subjetiva e individualizada, considerando a totalidade do ser humano em seus aspectos físicos, emocionais e mentais. Enquanto a alopatia prioriza o combate direto à doença, a homeopatia busca estimular os mecanismos naturais de autorregulação do organismo (CARNEIRO, 2003; MAHARANA; BISHOP, 2023).

No contexto das DCNTs, como diabetes, hipertensão, doenças respiratórias e distúrbios autoimunes, a alopatia tem demonstrado eficácia em intervenções de emergência e no controle de marcadores clínicos, como pressão arterial, glicemia e inflamação. No entanto, seu uso contínuo pode estar associado a efeitos colaterais, polifarmácia e dependência de medicamentos. A homeopatia, por sua vez, é frequentemente utilizada como abordagem complementar, atuando sobre os sintomas crônicos de maneira mais branda e com menos

efeitos adversos. Estudos clínicos sugerem que pacientes submetidos a tratamentos homeopáticos individualizados relatam melhora na qualidade de vida, redução do uso de medicamentos convencionais e maior percepção de bem-estar geral (SALLES; AYRES, 2013; POSADZKI et al., 2012).

Embora a alopatia possua respaldo científico mais consolidado, a homeopatia tem conquistado espaço nas práticas integrativas do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na atenção primária. As políticas públicas brasileiras reconhecem a importância de práticas complementares que favoreçam o autocuidado e o acompanhamento contínuo, especialmente em populações com menor acesso a recursos convencionais. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) legitima a coexistência de ambos os sistemas terapêuticos, promovendo uma abordagem interdisciplinar e mais humanizada para pacientes com DCNTs (BRASIL, 2006; UNASUS, 2023). Essa coexistência reforça a ideia de cuidado ampliado, no qual a escuta ativa, o vínculo e a individualização do tratamento se somam à eficácia técnica das condutas biomédicas.

Ainda assim, a integração efetiva entre alopatia e homeopatia requer enfrentamento de diversos desafios. Entre eles, destacam-se a formação dos profissionais, o preconceito institucional, a escassez de estudos com rigor metodológico e a resistência de parte da comunidade científica quanto à validade da homeopatia. Para avançar na complementaridade dessas abordagens, é fundamental investir em pesquisas clínicas de qualidade, avaliar economicamente os impactos da integração terapêutica e ampliar a capacitação das equipes de saúde. Dessa forma, será possível construir modelos de cuidado mais eficazes, seguros e centrados no paciente, especialmente no enfrentamento das DCNTs, que exigem abordagens contínuas, multidimensionais e humanizadas (MATHIE et al., 2017; AMHB, 2023).

2.9 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA EM HOMEOPATIA

A pesquisa em homeopatia enfrenta inúmeros desafios que vão desde a construção de metodologias compatíveis com seus princípios até a aceitação no meio científico tradicional. A complexidade inerente aos tratamentos individualizados dificulta a padronização dos estudos clínicos, o que frequentemente resulta em questionamentos quanto à validade e replicabilidade dos resultados (BRASIL, 2022). Além disso, o preconceito e a desconfiança

por parte da comunidade médica e científica geram obstáculos para o financiamento e publicação de pesquisas relevantes (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2023).

Por outro lado, avanços recentes indicam uma tendência crescente para a integração da homeopatia em estudos multidisciplinares, com foco na transdisciplinaridade que engloba não apenas a farmacologia, mas também as ciências humanas e sociais. Essa abordagem pode proporcionar uma compreensão mais ampla dos efeitos e potencialidades da homeopatia, promovendo a construção de evidências mais consistentes e contextualizadas (REVISTA MEDICINA INTEGRATIVA, 2023). Contudo, para que essa evolução ocorra, é essencial investir em capacitação e formação de pesquisadores qualificados, além de ampliar a infraestrutura de pesquisa, como laboratórios e centros especializados (SCIELO, 2021).

A perspectiva para o futuro da pesquisa em homeopatia envolve a superação das barreiras metodológicas por meio do desenvolvimento de protocolos inovadores, que respeitem a individualização do tratamento e possam ser aceitos pela comunidade científica. A valorização da pesquisa colaborativa e a ampliação das políticas públicas de incentivo são pontos-chave para consolidar a homeopatia como prática integrativa baseada em evidências (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2022). Assim, embora existam desafios significativos, as perspectivas para a homeopatia na pesquisa científica são promissoras, desde que haja um esforço conjunto entre profissionais, instituições e órgãos reguladores.

3. METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com ênfase na revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa foi desenvolvida por meio da coleta, leitura crítica e interpretação de fontes secundárias, como artigos científicos, livros especializados, diretrizes da Farmacopeia Homeopática Brasileira, documentos oficiais do Ministério da Saúde e publicações de entidades como a Associação Médica Homeopática Brasileira (AMHB).

A seleção das fontes seguiu critérios de relevância, atualidade (preferência por publicações dos últimos 10 anos) e credibilidade científica. Foram utilizadas bases de dados acadêmicas

como SciELO, BVS e Google Scholar, além de documentos institucionais disponíveis nos portais da Anvisa, SUS e AMHB.

A metodologia teve como objetivo analisar a eficácia da homeopatia na prevenção e tratamento de doenças crônicas sob o ponto de vista farmacêutico, considerando aspectos como os fundamentos terapêuticos, a regulamentação dos medicamentos, a atuação do profissional farmacêutico e o impacto nas políticas públicas de saúde. A análise dos dados foi feita de forma descritiva e interpretativa, sem a aplicação de métodos estatísticos, respeitando a natureza qualitativa do estudo.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho abordou a avaliação da eficácia da homeopatia na prevenção e tratamento de doenças crônicas, por meio de uma análise farmacêutica crítica dos seus fundamentos, preparações e potenciais efeitos. A homeopatia, baseada no princípio da similitude e na individualização do tratamento, se apresenta como uma alternativa complementar à medicina convencional, especialmente no manejo das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).

Apesar das controvérsias e da falta de consenso científico pleno sobre sua eficácia clínica, sobretudo devido às limitações metodológicas dos estudos existentes, a homeopatia demonstra segurança e baixo índice de efeitos adversos. Essa característica é particularmente relevante no contexto das DCNTs, em que o uso prolongado de medicamentos alopáticos pode ocasionar polifarmácia e efeitos colaterais indesejados.

A integração da homeopatia nas práticas do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), destaca seu papel no cuidado integral e humanizado do paciente, contribuindo para a ampliação do acesso e a promoção da saúde em populações com necessidades complexas. Para que essa prática se consolide, é imprescindível o desenvolvimento de pesquisas clínicas rigorosas e alinhadas com os princípios homeopáticos, a capacitação dos profissionais da saúde e o fortalecimento das políticas públicas que incentivem a interdisciplinaridade.

A análise farmacêutica da homeopatia aplicada às doenças crônicas reforça seu potencial como uma terapia complementar que pode melhorar a qualidade de vida dos pacientes e otimizar o uso dos recursos em saúde. A continuidade dos estudos científicos e o aprimoramento dos protocolos clínicos são essenciais para ampliar a compreensão e a utilização segura e eficaz da homeopatia no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMA, Max. 1755 – Nasce Hahnemann, médico criador da homeopatia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr. 2015. Disponível em: <https://revistahcsm.coc.fiocruz.br/1755-nasce-hahnemann-medico-criador-da-homeopatia/>. Acesso em: 28 maio 2025.

RAMOS, Livia A. A. BAPTISTA, Raquel L. A. Homeopatia como terapia complementar: implicações para a atenção à saúde em doenças crônicas. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 124-131, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/14121>. Acesso em: 28 maio 2025.

CARNEIRO, Suzana. *Homeopatia: princípios, fundamentos e prática clínica*. São Paulo: Editora Hahnemann, 2003.

AMHB. Associação Médica Homeopática Brasileira. *A verdadeira história da homeopatia no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://amhb.org.br/a-verdadeira-historia-da-homeopatia-no-brasil/>. Acesso em: 29 maio 2025.

AMHB. Associação Médica Homeopática Brasileira. *Homeopatia no SUS: resultados exitosos em saúde pública*. 2023. Disponível em: <https://amhb.org.br/ciencia-e-pesquisa/homeopatia-no-sus-resultados-exitosos-em-saude-publica/>. Acesso em: 29 maio 2025.

APH. Associação Paulista de Homeopatia. *A homeopatia no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://aph.org.br/a-homeopatia-no-brasil/>. Acesso em: 29 maio 2025.

BVS HOMEOPATIA. *Entrevista com Márcia Gutierrez: Homeopatia no SUS*. 2023. Disponível em: <https://www.bvshomeopatia.org.br/entrevistas/entr-marciagutierrez.htm>. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC*. Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Práticas Integrativas e Complementares no SUS*. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/pnic>. Acesso em: 29 maio 2025.

UNASUS. Universidade Aberta do SUS. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS completa 17 anos*. 2023. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/politica-nacional-de-praticas-integrativas-e-complementares-no-sus-completa-17-anos>. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Institui a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/legislacao/portaria-no-971-de-03-de-maio-de-2006>. Acesso em: 29 maio 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Considerada prática complementar pelo SUS, homeopatia está disponível na rede municipal. 2022. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/w/considerada-pr%C3%A1tica-complementar-pelo-sus-homeopatia-est%C3%A1-dispon%C3%ADvel-na-rede-municipal>. Acesso em: 29 maio 2025. [Prefeitura de São Paulo](#)

SALLES, S. A. C.; AYRES, J. R. C. M. A consulta homeopática: examinando seu efeito em pacientes da atenção básica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 17, n. 44, p. 189-200, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/XPYfxCWDBcJqvLgZ5dTB8kc/?format=pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

CASADO, Letícia; VIANNA, Lucia Marques; THULER, Luiz Claudio Santos. Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Cancerologia*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 379-388, 2009. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/1594>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MOURA, Edna C. et al. Prevalência de fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis em adultos: estudo transversal, Brasil 2012. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 351-361, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TszLGz9FjVD69BdHTMr37mh/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

WEHRMEISTER, Fernando C. et al. Iniquidades e doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 31, spe1, e20211065, 2022. Disponível em: <https://scielosp.org/article/ress/2022.v31nspe1/e20211065/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CARNEIRO, S. M. P. *Bases científicas da medicina homeopática*. São Paulo: Robe, 2003.

SALLES, M. M.; AYRES, J. A. A consulta homeopática no SUS: percepção dos usuários. *Revista de APS*, v. 16, n. 2, p. 174-181, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Homeopatia como prática integrativa no SUS: Diretrizes e resultados*. Brasília: MS, 2024a.

AMHB – Associação Médica Homeopática Brasileira. *Relatório anual de atendimentos homeopáticos no SUS*. São Paulo: AMHB, 2023.

MAHARANA, B.; BISHOP, F. *Systematic reviews and meta-analyses in homeopathy: challenges and solutions*. *Homeopathy*, v. 112, n. 1, p. 3-15, 2023.

MATHIE, Robert T. et al. Randomised controlled trials of individualised homeopathic treatment: systematic review and meta-analysis. *Systematic Reviews*, v. 3, n. 142, 2014. Disponível em: <https://systematicreviewsjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/2046-4053-3-142>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MATHIE, Robert T. et al. Randomised, double-blind, placebo-controlled trials of non-individualised homeopathic treatment: systematic review and meta-analysis. *Systematic Reviews*, v. 6, n. 63, 2017. Disponível em: <https://systematicreviewsjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13643-017-0445-3>. Acesso em: 2 jun. 2025.

POSADZKI, Paul et al. Adverse effects of homeopathy: a systematic review of published case reports and case series. *International Journal of Clinical Practice*, v. 66, n. 12, p. 1178–1188, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27261996/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Participantes de sessão especial defendem estímulo à homeopatia e fim do preconceito. Senado Notícias, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/11/participantes-de-sessao-especial-defendem-estimulo-a-homeopatia-e-fim-o-preconceito>. Acesso em: 2 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Fórum de Homeopatia divulga resultados e debates para fortalecimento da prática no SUS. Fiocruz Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/forum-de-homeopatia-divulga-resultados/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SCIELO. Canto, M.; Silva, J. A inclusão da homeopatia nos currículos de medicina: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/pM8HvVP4bbPqvYBLy4QkVbG/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Barros, L.; Oliveira, M. A homeopatia no ensino superior: uma análise do cenário atual. *Revista INFARMA*, 2022. Disponível em: <https://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/2723>. Acesso em: 2 jun. 2025.

REVISTA MEDICINA INTEGRATIVA. Desafios da pesquisa clínica em homeopatia e transdisciplinaridade com as ciências humanas. *Medicina Integrativa*, 2023. Disponível em: <https://revistamedicinaintegrativa.com/desafios-da-pesquisa-clinica-em-homeopatia-e-transdisciplinaridade-com-as-ciencias-humanas/>. Acesso em: 2 jun. 2025.